

**ASSESSORIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO****TERMO DE REFERÊNCIA****1. DO OBJETO**

1.1. Contratação de serviços de monitoramento televisivo e radiofônico diário, inclusive sábados, domingos e feriados, de notícias, reportagens, programas e mídias online de interesse da Agência Nacional de Transportes Terrestres, em âmbito nacional e local, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL
1	Serviços de clipping impresso, na forma eletrônica, de jornais, revistas de mídia online de matérias jornalísticas relativas às áreas de transporte, infraestrutura, economia, política outras matérias relacionadas com Agência Nacional de Transportes Terrestres ANTT.	unidade	1	R\$ 47.249,58

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum, haja vista que seus padrões de desempenho qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais do mercado.

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário.

1.5. O contrato terá vigência pelo período de 12 (doze meses), podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Preliminares, Anexo deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1. A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado nos Estudos Preliminares, abrange a prestação do serviço de monitoramento televisivo e radiofônico diário, inclusive sábados, domingos e feriados, de notícias, reportagens, programas e mídias online de interesse da Agência Nacional de Transportes Terrestres, em âmbito nacional e local.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. Os licitantes deverão apresentar, como condição de qualificação técnica, na fase de habilitação da licitação, comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto deste Termo de Referência, por período não inferior a três anos, mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

5.1.2. Os serviços descritos no objeto da requerida contratação possuem natureza contínua, de acordo com o art. 15 da IN nº 05/2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão:

"Art.15. Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional."

5.1.3. Em obediência ao disposto no Decreto nº 7.746, de de junho de 2012, que regulamenta art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993, para estabelecer critérios práticas para promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela Administração Pública Federal Direta, Autárquica Fundacional, pelas Empresas Estatais dependentes, em observância Instrução Normativa nº01, de 19 de janeiro de 2010, da SLTI/MPOG, apresentamos abaixo relação das práticas de sustentabilidade que deverão ser seguidas pela futura empresa Contratada:

- I. orientar seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de redução de consumo de água redução da produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- II prever executar destinação ambiental adequada de pilhas baterias usadas ou inservíveis utilizadas por seus empregados nas dependências da Contratante, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999;
- III respeitar as Normas Brasileiras NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
- IV- orientar seus empregados para destinação dos resíduos recicláveis descartados aos devidos coletores de resíduos recicláveis existentes nas dependências da Contratante.

5.1.4. Em razão da natureza dos serviços que deverão constituir objeto do contrato, não haverá necessidade de transferência de conhecimentos, tecnologias ou técnicas empregadas na sua prestação. Entretanto, caberá a ANTT:

- a) O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à contratante distribuir, alterar e utilizar estes sem limitações; e
- b) Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

5.2 DEMONSTRAÇÃO DE CONFORMIDADE DOS SERVIÇOS

5.2.1 Antes da etapa de adjudicação e homologação do Pregão, a licitante, classificada em primeiro lugar, deverá disponibilizar, durante 3 (três) dias úteis, a contar da data da convocação, um relatório contendo as matérias clipadas de serviço de monitoramento televisivo e radiofônico de notícias/reportagens/programas/mídias online, de modo a comprovar a capacidade técnica para prestação do serviço.

5.2.2 Será considerada apta a licitante que atender a todos os critérios estabelecidos na Prova de Conformidade dos Serviços, conforme Anexo II - Tabela I, deste Termo de Referência.

5.2.3 Para avaliação da adequada prestação dos serviços de clipping de monitoramento de televisivo e radiofônico, a empresa convocada deverá utilizar-se de 6 (seis) palavras-chave definidas para pesquisa notícias/reportagens/programas/mídias online. São elas: ANTT, rodovias, ferrovias, concessão, passageiros e ônibus, as quais constam no Anexo II - Tabela I, deste Termo. O *clipping* deverá ser enviado por 3 (três), dias úteis, ininterruptos.

5.2.4 O *clipping* de TV, em formato digital, com resolução de 720x480, será enviado, diariamente, até as 9h (nove horas) da manhã, conforme formatação descrita no Anexo III, deste Termo de Referência, ao seguinte endereço eletrônico: ascom@antt.gov.br e imprensa@antt.gov.br. Este arquivo deve conter as matérias de relevância para a ANTT e as que tenham relação com as atribuições da Agência. As matérias publicadas deverão ser clipadas do dia anterior até as 7h45 do dia da entrega.

5.2.5 O *clipping* de TV e Rádio, deverá estar disponível em endereço online, com resumo de texto e edição do áudio, para que ao arquivos possam ser acessados e baixados pela internet, será enviado, diariamente, até as 9h (nove horas) da manhã, conforme formatação descrita no Anexo III, deste Termo de Referência, aos seguintes endereços eletrônicos: ascom@antt.gov.br e imprensa@antt.gov.br. Estes arquivos deverão conter as matérias de relevância para a ANTT e as que tenham relação com as atribuições da Agência. As matérias publicadas deverão ser clipadas do dia anterior até as 7h45 do dia da entrega.

5.2.6 A Apresentação da Prova de Conformidade dos Serviços deverá levar em consideração as 6 (seis) palavras-chaves e as atribuições da ANTT, descritas no preâmbulo do Anexo II - Tabela I, deste Termo de referência. Matérias explicativas sobre as atribuições da Agência e se encontram disponibilizadas no Canal ANTT - hospedadas no YouTube - links:

<https://www.youtube.com/use/canalANTT>

https://youtu.be/zN39e_-TOZO

https://youtu.be/QQ_WZSrQt5g

5.2.7 Após a entrega do relatório de *Clipping* de monitoramento televisivo e radiofônico, a ANTT terá o prazo máximo de 2 (dois) dias úteis para avaliar e apresentar o resultado à licitante e, sucessivamente, às demais classificadas que forem submetidas à Prova de Demonstração dos Serviços.

5.2.8 Caso todos os critérios de conformidade definidos no Anexo II - Tabela I, não sejam 100% (cem por cento) atendidos, a empresa será desclassificada do certame. O pregoeiro convocará a próxima licitante classificada para comprovar a capacidade técnica para prestação do serviço.

5.2.9 Um dos critérios para o desempate será o maior número de matérias clipadas, apenas dentro do tempo determinado, que atendam aos critérios exigidos na prova de conceito e o menor número de erros de assuntos clipados.

5.2.10 Todos os custos relativos à demonstração de prova de conformidade dos serviços ficarão a cargo da licitante, não tendo direito a qualquer indenização, inclusive no caso de não classificação.

5.2.11 O resultado das provas de conformidade dos serviços será anexado ao processo de licitação e o resultado final será divulgado no site do COMPRASNET, como forma de transparência e publicidade dos atos do certame.

5.2.12 Havendo uma licitante classificada, o pregoeiro seguirá com os procedimentos legais de adjudicação e homologação da proposta vencedora.

5.3. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5.4. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste TR.

6. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

6.1 Não haverá necessidade para que as licitantes participantes do certame realizem prévia vistoria nas instalações localidades onde serão prestados os serviços, considerando-se que todos os eventuais equipamentos, recursos, insumos, sistemas informações imprescindíveis execução do objeto do contrato já estarão presentes nos respectivos locais, ou serão disponibilizados pela Contratante, medida que se façam necessários.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. MONITORAMENTO TELEVISIVO

7.1.1 O Clipping de TV será produzido a partir da coleta diária, inclusive finais de semana e feriados, de notícias televisivas relacionadas à CONTRATANTE, por meio de digitalização e inserção em banco de dados em um prazo máximo de 1 (uma) hora depois após a veiculação da notícia pela emissora de TV responsável pela matéria, permitindo aos usuários acessá-la 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante toda a vigência do contrato.

7.1.1.1 O acesso às notícias deverá ser feito via banco de dados 24 horas. O banco de dados deverá conter matérias, jornalísticas ou não, televisivas (com imagens, sons e textos) de interesse da CONTRATANTE, em âmbito nacional e local e deverá suportar a realização de pesquisas de qualquer parte do país ou exterior, via internet, com a opção de downloads dos vídeos. O banco de dados será cumulativo, devendo a CONTRATADA manter o banco de dados completo e disponível para consulta durante toda a vigência do contrato.

7.1.1.2 O acesso ao banco de dados da CONTRATADA será permitido, exclusivamente, pela Assessoria de Comunicação Social (Aescom) da ANTT, por meio da disponibilização de senhas aos usuários.

7.1.1.3 O serviço deverá ter entrega virtual diária de relatório e as imagens inseridas no banco de dados deverão estar em formato digital, com resolução mínima de 720 x 480.

7.1.2. Deverão ser enviadas, três vezes ao dia, inclusive aos sábados, domingos e feriados, mensagens por correio eletrônico para os funcionários previamente cadastrados contendo o resumo das últimas matérias jornalísticas inseridas no banco de dados. O primeiro e-mail com o resumo deverá ser enviado até as 9h30, contendo as matérias jornalísticas do dia anterior e da manhã até a hora do envio. O segundo e-mail deverá ser enviado até as 15h30, contendo o resumo das matérias jornalísticas veiculadas na parte da manhã até a hora do envio. E o terceiro, até as 22h00, contendo resumo das notícias na parte da tarde e da noite, até a hora do envio.

7.1.2.1. Os horários poderão ser alterados, a critério da Administração, sem ônus para esta.

7.1.3 O conteúdo deverá estar disponível online, no formato mp4, com acesso via internet, para que os arquivos possam ser acessados e baixados pela Internet.

7.3.3.1 A Administração pode solicitar, a qualquer momento, alteração do formato do vídeo, sem ônus para a ANTT.

7.1.4. Deverá estar disponível uma ferramenta que permita selecionar matérias e envio de link do arquivo por correio eletrônico.

7.1.5 A CONTRATADA deverá entregar, mensalmente, por meio da internet, arquivo digital, contendo todas as notícias inseridas no banco de dados no mês, em formato digital (720 x 480 - tamanho padrão veiculado pelas emissoras de TV).

7.1.5.1 A qualquer momento, a CONTRATANTE poderá solicitar que seja entregue, por meio da internet, arquivo digital, com o conteúdo do banco de dados ou não, independentemente da entrega mensal obrigatória. Esse material deverá ser entregue em formato mp4, pelos meios digitais disponíveis, como sites de transferência, serviços de armazenamento em nuvem, entre outros. A contratada deverá adequar a tecnologia de transferência àquelas compatíveis com o parque tecnológico da contratante. O arquivo deve estar identificado com o assunto, a data e o veículo.

7.1.6 As gravações de todos os canais de televisão discriminadas neste edital deverão ser arquivadas, em tamanho padrão veiculado pelas emissoras de TV.

7.1.7 A contratante poderá solicitar a gravação de qualquer material que entenda ser do seu interesse.

7.2 MONITORAMENTO RADIOFÔNICO

7.2.1 O Clipping de Rádio será produzido a partir da coleta diária, inclusive finais de semana e feriados, de notícias radiofônicas e mídias online referentes à CONTRATANTE, por meio de digitalização e inserção em banco de dados em um prazo máximo de 1 (uma) hora após a veiculação da matéria por parte da emissora de rádio que apresentou a notícia, permitindo aos usuários acessá-la 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante toda a vigência do contrato.

7.2.2 Deverão ser enviadas três vezes ao dia, inclusive aos sábados, domingos e feriados, mensagens por correio eletrônico para os funcionários previamente cadastrados contendo o resumo das últimas matérias jornalísticas inseridas no banco de dados. O primeiro e-mail com o resumo deverá ser enviado até as 9h30 contendo as matérias jornalísticas do dia anterior e da manhã. O segundo e-mail deverá ser enviado até as 15h30, contendo o resumo das matérias jornalísticas veiculadas na parte da manhã até a hora do envio. E o terceiro, até as 22h00, contendo resumo das notícias na parte da tarde, início da noite, e do programa "A Voz do Brasil".

7.2.2.1 Os horários poderão ser alterados, a critério da Administração, sem ônus para esta.

7.2.3 O conteúdo deverá estar disponível online, com resumo de texto e edição do áudio, para que os arquivos possam ser acessados e baixados pela Internet.

7.2.4 Deverá estar disponível uma ferramenta que permita selecionar matérias e envio de link do texto e áudio por correio eletrônico.

7.2.5 A CONTRATADA deverá entregar, mensalmente, por meio da internet, arquivo digital, contendo todas as notícias do mês anterior que foram publicadas no banco de dados. Os arquivos entregues diariamente poderão ser disponibilizados na página da CONTRATANTE na Internet e/ou na Intranet. Ao final de cada mês, a empresa deverá entregar, arquivo digital, com todas as matérias que foram publicadas no banco de dados no mês.

7.2.5.1 A qualquer momento a CONTRATANTE poderá solicitar que seja entregue, pela internet, arquivo digital, com conteúdo do banco de dados ou não, independentemente da entrega mensal obrigatória. Esse material deverá ser entregue em formato mp3, pelos meios digitais disponíveis, como sites de transferência, serviços de armazenamento em nuvem, entre outros. A contratada deverá adequar a tecnologia de transferência àquelas compatíveis com o parque tecnológico da contratante. O arquivo deve estar identificado com o assunto, a data e o veículo.

7.2.5.2 A contratante poderá solicitar a gravação disponibilização de qualquer material que entenda ser do seu interesse.

7.3 PARA OS SERVIÇOS DE MONITORAMENTO TELEVISIVO E RADIOFÔNICO

7.3.1 O acompanhamento, a digitalização e a edição de matérias de interesse da CONTRATANTE devem ser feitos diariamente, inclusive finais de semana e feriados, 24 horas por dia, conforme programação das emissoras.

7.3.2 O acesso às matérias deverá ser feito por meio da página da CONTRATADA, ou página feita exclusivamente para a CONTRATANTE, permitindo aos usuários do CONTRATANTE acesso, via internet, de qualquer local do Brasil ou do exterior. Todo o banco de dados deve poder ser acessado, inclusive, por meio de dispositivos móveis.

7.3.3 Os acessos aos bancos de dados poderão ser feitos isolada ou simultaneamente pelos usuários cadastrados pela Assessoria de Comunicação da CONTRATANTE.

7.3.4 Os bancos de dados deverão ser acumulativos, ou seja, durante toda a vigência do contrato a CONTRATADA deverá manter o banco de dados completo, com todas as matérias incluídas desde o início dos serviços.

7.3.5 Caso ocorram problemas técnicos que impossibilitem o acesso aos bancos de dados pela internet, seja na empresa ou na CONTRATANTE, a contratada deverá providenciar, em até 01 (uma) hora, a contar da solicitação, o envio de DVD do material no formato determinado pela Assessoria de Comunicação da CONTRATANTE, por meio digital (internet).

7.4 DAS ESPECIFICAÇÕES

7.4.1 MONITORAMENTO TELEVISIVO

7.4.1.1 A atualização do banco de dados deverá ser constante durante todo o dia inclusive sábados, domingos e feriados, 24 horas por dia, conforme a programação das seguintes emissoras de TV:

- TV Globo;
- TV Band;
- TV Record;
- SBT;
- CNT;
- Gazeta;
- TV Brasília
- TV Brasil,
- TV NBR;
- TV Nacional;
- TV Senado;
- TV Câmara;
- TV Justiça;
- Rede TV;
- Globo News;
- Band News;
- Record News;
- Canal Rural;
- TV Cultura/SP;
- TV Justiça.

7.4.1.2 A atualização do banco de dados deverá ser constante no dia, conforme a veiculação dos principais telejornais e suas afiliadas locais nas seguintes capitais: DF, RJ, MG, GO, MT, MS, PR, RS, AM, AC, RO, RR, AP, ES, SP, PE, TO, PI, MA, SE, RN, CE, PA, BA, SC, AL, PB, em rede nacional e local, conforme relação:

TV GLOBO – Bom Dia Brasil, Globo Notícias, Jornal Hoje, Globo Notícias (tarde), Jornal Nacional, Fantástico, Globo Repórter, Jornal da Globo e plantões veiculados ao longo dos dias com notícias de interesse da CONTRATANTE. Todos os jornais locais, de todos os estados e os telejornais nacionais 1ª e 2ª edições.

TV BAND – Band Cidade Entrevista, Direto de Brasília, Primeiro Jornal, Band Cidade 1ª e 2ª edições, Brasil Urgente, Jornal da Band, Canal Livre, Boa Noite Brasil, Jornal da Noite. Todos os jornais locais, de todos os estados e os telejornais nacionais 1ª e 2ª edições.

TV RECORD – Fala Brasil, Hoje em Dia, Cafezinho com Henrique Chaves, Fala Brasília, Tudo a Ver, DF Record, 24 Horas, Domingo Espetacular, Jornal da Record, Repórter Record, Edição de Notícias, Hoje em Dia e Balanço Geral;

REDE TV! – Notícias do Brasil, Jornal Local 1ª e 2ª edições, Rede TV News, Brasília na TV, É Notícia, Debate Brasil e Leitura Dinâmica.

SBT – Jornal do SBT (manhã), SBT Repórter, Cidade Viva, SBT Brasil, Jornal do SBT Brasília 1ª e 2ª edições, Jornal do SBT (noite), Siga Bem Caminhoneiro e SBT Brasil;

GLOBO NEWS - Em Cima da Hora (12 edições), Conta Corrente 1ª e 2ª edições, Via Brasil, Espaço Aberto, Jornal das Dez, Globo News em Pauta, Via Brasil, Fatos e Versões, Sem Fronteiras, Estúdio I, Entre Aspas, Arquivo N, Cidades e Soluções, Globo News Documento, Globo News Paine! e Globo News Especial;

BAND NEWS - Notícias 24 horas por dia;

RECORD NEWS - Notícias 24 horas por dia;

TV BRASÍLIA – Acorda Brasília, Brasília na TV, Jornal do Sábado, Jornal Local 1ª, Olhar Digital, Jornal Local Noite, Jornal 10;

TV BRASIL – Sem Censura, Diálogo Brasil, Observatório da Imprensa, Roda Viva e América do Sul Hoje e Repórter Brasil;

TV CÂMARA – Expressão Nacional, Comitê de Imprensa, Participação Popular, Primeira Página, Brasil em Debate, Câmara Agora (Plantão) Câmara Hoje, Bastidores, Por dentro das Comissões, Câmara Hoje (ao vivo), Palavra Aberta;

TV SENADO – Senado em dia, Senado Agora, Jornal do Senado, Parlamento Brasil, Diplomacia, Eco Senado, Repórter Senado, Inclusão (Senado Solidários, Alô Senado, Argumento, Senado Cidadania e Agenda Econômica);

TV CULTURA/SP – Diário Paulista, Repórter Eco, Jornal da Cultura, Conexão Roberto D'vila, Observatório da Imprensa, Primeira Página, Conjuntura Econômica, Cultura Meio Dia e Cultura Meia Noite; TV FUTURA – Ação, Jornal Futura e Sala de Notícias;

TV JUSTIÇA – Jornal da Justiça 1ª e 2ª edições, Fórum em Debate, Justiça Agora e Interesse Público;

TV NBR – Repórter Nacional (manhã), NBR Notícias de Brasília, Plantão NBR (ao vivo), NBR Entrevista, Repórter Nacional (noite) e Diálogo Brasil;

CNT – Jogo de Poder, Mesa Redonda e CNT Jornal;

CANAL RURAL – Rural Notícias, Estúdio Rural, Bom Dia Campo, Dia de Campo na TV, Agrobusiness Entrevistas, Bancada Rural, Mercado & Companhia.

7.4.1.3 A CONTRATANTE poderá incluir, alterar ou suprimir da relação de que tratam os itens/subitens anteriores, quaisquer canais, emissoras, repetidoras, distribuidoras e programas sem nenhum ônus adicional.

7.4.1.4 A listagem acima se refere às emissoras próprias da Rede Globo, suas afiliadas, repetidoras e distribuidoras. O mesmo se aplica às demais redes de televisão.

7.2.2 MONITORAMENTO RADIOFÔNICO

7.2.2.1 A atualização do banco de dados deverá ser constante durante todo o dia inclusive sábados, domingos e feriados 24 horas por dia conforme a programação das seguintes emissoras de rádio:

- Bandeirantes/SP;
- BandNews FM;
- CBN (Todos os locais e nacionais);
- Eldorado/SP;
- Gaúcha/RS;
- Guaíba/RS;
- Globo/RJ;
- Itatiaia/MG;
- Jornal do Comércio/PE;
- Jovem Pan/SP;
- Nacional;
- Câmara;
- Senado;
- Sociedade/BA.

7.2.2.2 As gravações deverão incluir, também, o programa “A Voz do Brasil”.

7.2.2.3 A listagem acima se refere às emissoras próprias da Rede Globo, suas afiliadas, repetidoras e distribuidoras. O mesmo se aplica às demais redes de rádio e mídias online.

7.2.2.4 A CONTRATANTE poderá incluir, alterar ou suprimir da relação de que tratam os itens /subitens anteriores, quaisquer emissoras/repetidoras sem nenhum ônus adicional.

7.2.3 A CONTRATANTE deverá fornecer à CONTRATADA, assim que assumir os serviços de clipping de rádio e TV, lista atualizada de palavras-chave, na forma descrita abaixo:

7.2.3.1 Agência Nacional de Transportes Terrestres (CONTRATANTE), Rafael Vitale Rodrigues (diretor geral da CONTRATANTE), Guilherme Théo Rodrigues da Rocha Sampaio (diretor da CONTRATANTE), Davi Ferreira Gomes Barreto (diretor da CONTRATANTE), Luciano Lourenço da Silva (diretor da CONTRATANTE), Cristiano Della Giustina (diretor da CONTRATANTE), Mateus Salomé do Amaral (Superintendente de Governança, Gestão Estratégica e de Pessoal), Marina Soares Almeida (Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros), Renan Essucy Gomes Brandão (Superintendente de Concessão da Infraestrutura), Ismael Trinks (Superintendente de Transporte Ferroviário), Roger da Silva Pêgas (Superintendente de Infraestrutura Rodoviária), Felipe Ricardo da Costa Freitas (Superintendente de Fiscalização de Serviços de Transporte Rodoviário de Cargas e Passageiros), José Aíres Amaral Filho Superintendência de Serviços de Transporte Rodoviário e Multimodal de Cargas), Diogo da Fonseca Tabalipa (Superintendente de Tecnologia da Informação), Eduardo José Marra Superintendência de Gestão Administrativa), infraestrutura, rodovia (federal concedida), ferrovia, pedágio (rodovia federal concedida), transporte interestadual de passageiros, transporte internacional de passageiros, transporte de carga, transporte de produtos perigosos, carga rodoviária, carga ferroviária, malha rodoviária, malha ferroviária, caminhoneiro, tarifas (concessões e permissões federais), concessões federais, concessionárias federais, permissionárias federais, UASG 393001 Estudo Técnico Preliminar 7 de 14 transporte multimodal, acidente, transporte (interestadual e internacional), estradas (federais), trens (não incluir metrô ou trem urbano), Ministério dos Transportes, ABAR – Associação Brasileira de Agências de Regulação, VALEC, EXPRESSO PEQUI, MONITRIIP, DNIT, Abrati, CNT, NTC, RFFSA, Concer, CRT, Concepa, Ponte S.A., Novadutra, Ecosul, OHL, Arteris, BrVias, Acciona, Autopista Planalto Sul, Autopista Litoral Sul, Autopista Régis Bittencourt, Autopista Fernão Dias, Autopista Fluminense, Transbrasiliana, Rodovia do Aço, MRS Logística, América Latina. Logística, ALL, Ferronorte, Ferroeste, Novoeste, Tereza Cristina, Ferrovia Norte-Sul, CFN, EFC, Vale do Rio Doce, EFVM, FCA, Ferrobán, Ferropar, Logísitca, frete, ABTP, ABTI, Regulação, Agências Reguladoras, Trem-bala, novas linhas de ônibus, Propass Brasil, transporte pirata, ônibus clandestino, transporte clandestino, RNTRC, pagamento eletrônico de frete, OTM – operados de transporte multimodal, cinto de segurança, pneu careca, transnordestina, FIOL, Freeway, ViaBahia , e outras que a CONTRATANTE venha a julgar conveniente durante a vigência do contrato.

7.2.3.2 A CONTRATANTE poderá incluir, alterar ou suprimir, da relação anterior, quaisquer palavras/nomes/expressões sem nenhum ônus adicional.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO:

8.1 Da Gestão e da Fiscalização Contratual

8.1.1 Em conformidade com disposto no art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nas sessões III do Capítulo da Instrução Normativa nº 05/2017 MPOG/SEGES, de 25 de maio de 2017, bem como tópico 16 da Norma Administrativa NA/003-18/SUDEG-01, o acompanhamento do futuro contrato destinado prestação dos serviços previstos neste Termo de Referência será exercido pelo setor de Gestão Contratual previsto na estrutura da Contratante, bem como por um Fiscal Administrativo e um Fiscal Técnico, cujas atividades serão distintas realizadas em caráter colaborativo complementar, caso necessário.

8.1.2 Os Fiscais Administrativo Técnico serão indicados pela Área Demandante da contratação dentre servidores que nela estejam lotados, para serem designados pela Superintendência de Gestão da Contratante, somente podendo recair indicação sobre aqueles que cujas qualificações, experiência formação sejam condizentes com as atividades previstas.

8.1.3 Nos casos de atraso ou falta de indicação, de desligamento ou afastamento extemporâneo definitivo do gestor ou fiscais seus substitutos, até que seja providenciada indicação, competência de suas atribuições caberá autoridade administrativa demandante dos serviços ou autoridade por esta delegada.

8.1.4 O fiscal substituto atuará como fiscal do contrato nas ausências nos impedimentos eventuais regulamentares do titular.

8.1.5 O gestor ou fiscais seus substitutos deverão elaborar relatório registrando as ocorrências sobre prestação dos serviços referentes ao período de sua atuação quando do seu desligamento ou afastamento definitivo.

8.1.6 Para exercício da função, os fiscais deverão receber os documentos essenciais da contratação.

8.1.7 Consideram-se recebidos os documentos/processos relacionados e/ou mencionados através do Sistema Eletrônico de Informações - SEI/ANTT.

8.2 Da Medição dos Serviços

8.2.1 Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos critérios de medição de resultado, identificando indicadores, metas, mecanismos de cálculo, forma de acompanhamento adequações de pagamento por eventual não atendimento das metas, conforme estabelecido no Instrumento de Medição de Resultados disposto no anexo V deste Termo.

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

10.1.1 O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos por interesse das partes, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme disposto no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/1993.

10.1.2 O preço consignado no Contrato será corrigido anualmente, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do IPCA, ou outro índice oficial que venha substituí-lo, divulgado pelo IBGE.

10.1.3 A adoção do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE é justificado por ser um índice geral de preços, visto que não há um índice específico (setorial) para os serviços de monitoramento de clipping.

10.1.4 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano, que será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

11.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

11.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

11.6.3. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

11.6.4. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado.

11.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

11.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

11.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

11.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

11.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

12.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

12.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

12.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

12.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

12.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço.

12.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

12.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

12.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

12.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

12.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

12.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

12.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

12.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

12.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

12.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

12.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

15.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

15.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

15.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

15.9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Anexo V, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15.9.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

15.10. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.11. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.12. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.13. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.14. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

15.15. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.16. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.18. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.19. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

16.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

16.2. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

16.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

16.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

16.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

16.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

16.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

16.3.2. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

16.3.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

16.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

16.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

16.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

16.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

16.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

16.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

16.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

16.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

17. DO PAGAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

17.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

17.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência

17.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

17.4.1. o prazo de validade;

17.4.2. a data da emissão;

17.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

17.4.4. o período de prestação dos serviços;

17.4.5. o valor a pagar; e

17.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

17.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

17.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

17.6.1. não produziu os resultados acordados;

17.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

17.6.3 deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

17.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

17.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

17.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

17.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

17.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

17.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

17.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365}$$

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

17.17. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

18. REAJUSTE

18.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

18.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA, ou outro índice oficial que venha substituí-lo, divulgado pelo IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

18.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

18.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

18.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

18.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

18.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

18.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

19. GARANTIA DA EXECUÇÃO

19.1. Os critérios para estabelecimento da garantia contratual serão estabelecidos no Edital de licitação.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

20.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

20.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

20.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou

20.1.5. cometer fraude fiscal.

20.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

20.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

20.2.2. **Multa de:**

20.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

20.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

20.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

20.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

20.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

20.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

20.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

20.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

20.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 22.1 deste Termo de Referência

20.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.3. As sanções previstas nos subitens 20.2.1, 20.2.3, 20.2.4 e 20.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

20.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

TABELA 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

TABELA 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02

8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

20.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

20.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

20.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

20.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

20.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

20.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

20.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

20.7.2. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

20.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

21.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

21.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

21.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

21.3.1 Os licitantes deverão apresentar, como condição de qualificação técnica, na fase de habilitação da licitação, comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto deste Termo de Referência, por período não inferior a dois anos, mediante a apresentação de três ou mais atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

21.3.2 Os atestados ou declarações de capacidade técnica deverão conter:

- Nome do órgão ou empresa responsável pela emissão com o CNPJ, inscrição estadual, endereço completo, período de execução dos serviços e número do contrato;

- Manifestação acerca do conteúdo e da qualidade dos serviços prestados, atestando que os serviços foram cumpridos satisfatoriamente e que não consta dos arquivos da contratante nenhum registro desabonador de aspectos comerciais ou técnicos da CONTRATADA;

- Identificação do responsável pela emissão do atestado com nome, função e telefone para solicitação de informações adicionais;

- justificativa de reclamações existentes em redes sociais e internet, sobre seus serviços prestados.

21.3.3 A Análise das respostas aos questionamentos de reclamação poderá servir de critério para desempate entre as empresas.

21.4. O critério de aceitabilidade de preços serão:

21.4.1. Valor global: R\$ R\$ 47.249,58 (quarenta e sete mil, duzentos e quarenta e nove reais e cinquenta e oito centavos).

21.4.2. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa a este Termo de Referência.

21.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

21.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

22. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

22.1. O custo estimado da contratação é o previsto no valor global máximo.

22.2. Com amparo na IN SLTI/MP nº 73, de 2020, a pesquisa de preços foi realizada utilizando-se os 4 (quatro) parâmetros, conforme abaixo (a princípio, a utilização do parâmetro seguinte dependeria da impossibilidade, devidamente justificada de utilização do parâmetro que o precede):

04/01/23, 07:54

SEI/ANTT - 14891145 - TERMO DE REFERÊNCIA - SERV CONT - SEM DED EXC

“I - Portal de Compras Governamentais - www.comprasgovernamentais.gov.br.
II - pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso;
III - contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa de preços; ou
IV - pesquisa com os fornecedores.”

22.3 Dessa forma, seguindo as recomendações da norma supracitada, foi realizada uma pesquisa no Portal de Compras Governamentais e constatou-se que as Atas abaixo, atendem a contratação, sendo:

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO - 10ª região - UASG: 80016 - Pregão Eletrônico Nº 00024/2021;
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAPÁ - UASG: 925037, Pregão Eletrônico: 0062021;

22.4 Portanto, as Atas foram aceitas para fins de composição do “Mapa Comparativo de Preços”, em virtude de atenderem ao objeto pretendido pela ANTT, ou seja, contemplam o mesmo objeto pretendido, atendendo as finalidades da Agência.

22.5 Quanto ao disposto no inciso II, do artigo 2º da IN SLTI/MP Nº 05/2014, informamos que não foram localizadas mídias especializadas ou sítios eletrônicos especializados no ramo de atuação de Clipping.

22.6 No que tange ao inciso III, do artigo 2º da IN SLTI/MP Nº 05/2014 “Contratações similares de outros Entes Públicos, em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa de preços” a pesquisa relativa para os Contratos abaixo relacionados foi por contemplar o objeto pretendido com a contratação, e foi considerado para fins de composição do “Mapa Comparativo de Preços”:

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO DE MATO GROSSO - DETRAN-MT - PE 11 /20211;
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO GOIAS - PE 002/2021.

ATA/CONTRATO	VALOR
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO - 10ª região	R\$ 47.998,30
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAPÁ	R\$ 54.000,00
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO DE MATO GROSSO - DETRAN-MT	R\$ 39.000,00
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO GOIAS	R\$ 48.00,00
MÉDIA	R\$ 47.249,58

23. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

23.1. A dotação orçamentária da contratação será indicada no Edital.

ASSINATURAS DOS MEMBROS DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO	
Nome: Luís Alberto de Aquino Agra	Matrícula/SIAPE:1567271
<div>(assinado eletronicamente)</div> <div>LUIS ALBERTO DE AQUINO AGRA</div> <div>Brasília, 03 de janeiro de 2023.</div>	
Nome: Letícia Araújo Silva Venson	Matrícula/SIAPE: 1172973
<div>(assinado eletronicamente)</div> <div>Letícia Araújo Silva Venson</div> <div>Brasília, 03 de janeiro de 2023.</div>	

Aprovação do Termo de Referência pela autoridade competente	
Nome: Luís Alberto de Aquino Agra	Matrícula/SIAPE: 1567271
Considerando as justificativas apresentadas pelo setor demandante no documento por meio do qual solicita a abertura de processo licitatório em questão e no Termo de Referência, e tendo em vista que este contempla os elementos técnicos capazes de propiciar a avaliação do custo pela Administração com a contratação e os elementos técnicos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para caracterizar o objeto a ser contratado e orientar a execução e fiscalização contratual, assim como os demais elementos obrigatórios pertinentes exigidos no art. 3º, inciso XI, do Decreto nº 10.024/2019, APROVO o referido documento.	
<div>(assinado eletronicamente)</div> <div>LUIS ALBERTO DE AQUINO AGRA</div> <div>Brasília, 03 de janeiro de 2023.</div>	



Documento assinado eletronicamente por **LUIS ALBERTO DE AQUINO AGRA, Assessor(a) de Comunicação**, em 03/01/2023, às 20:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **LETICIA ARAUJO SILVA VENSION, Coordenador(a)**, em 03/01/2023, às 20:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.antt.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **14891145** e o código CRC **58DAFE4B**.